



Universidade Federal Da Paraíba  
Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE  
Graduação em Ciências Contábeis

A Percepção da população em relação o papel da Contabilidade no controle dos gastos públicos: Um estudo dirigido na cidade de Araçagi-PB

Contabilidade Pública

Josenilson Antônio Barbosa – UFPB Campus IV - [josenilson546@gmail.com](mailto:josenilson546@gmail.com)

Prof. Dr. João Marcelo Alves Macêdo - UFPB Campus IV –

[joao.marcelo@academico.ufpb.br](mailto:joao.marcelo@academico.ufpb.br)

Prof. Ms. Dimmitre M. V. G. Pereira - UFPB Campus IV – [dimmitre@gmail.com](mailto:dimmitre@gmail.com)

Prof. Ms. Luiz M. M. do A. C. Cabral - UFPB Campus IV –

[luizmarcelocb@hotmail.com](mailto:luizmarcelocb@hotmail.com)

### **Resumo**

O conhecimento a respeito dos elementos e resultados contidos no orçamento participativo bem como a consciência dos cidadãos em acompanhar todo o assunto ligados a esses quesitos faz com que o poder da cidadania seja maximizado. Mediante tal fato, estima-se que o conhecimento sobre os termos contábeis seja de grande importância para o melhor entendimento e cobrança da população quando referentes a destinação e aplicação dos recursos públicos. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é de analisar a percepção da sociedade em relação à informação contábil/orçamentária auxiliando no controle dos gastos públicos. Com enfoque nos elementos contidos no orçamento público. O entendimento e a necessidade em obter informações contábeis de maneira clara e objetiva, não somente em quantidade, mas em qualidade fez surgir a justificativa para este trabalho, trazendo a importância em mensurar o conhecimento dos usuários frente aos termos contidos no orçamento público bem como em sua compreensão. Portanto, para realizar este trabalho, utilizou-se uma metodologia descritiva com abordagem qualitativa, reunindo dados que foram levantados por pessoas aleatórias através de uma pesquisa de campo por meio de questionário, onde trabalhou-se os resultados obtendo assim, a frequência, percentual e a opinião dos respondentes, no que se refere ao tema que lhes foram apresentados. Os indicativos apresentados mostram que apesar do pouco conhecimento sobre os temas levantados, a grande maioria dos respondentes percebem a importância em acompanhar a destinação dos gastos públicos, como também em observar se o que está orçado se encontra em execução, além da relevância quando admitem muito útil em estudar sobre os governos e as gestões passadas na administração pública.

**Palavras-chave:** Orçamento participativo. Gastos públicos. Administração pública.

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

B238p Barbosa, Josenilson Antonio.

A Percepção da população em relação o papel da Contabilidade no controle dos gastos públicos: Um estudo dirigido na cidade de Araçagi-PB / Josenilson Antonio Barbosa. - Mamanguape, 2022.

19 f. : il.

Orientação: João Marcelo Alves Macêdo Macêdo.  
TCC (Graduação) - UFPB/CCAÉ.

1. Ficha Catalográfica. I. Macêdo, João Marcelo Alves Macêdo. II. Título.

UFPB/CCAÉ

CDU 657

## 1 Introdução

A contabilidade é considerada como uma ciência social aplicada de grande importância, pois contribui na gestão de organizações públicas e privadas. Na execução orçamentária, ela tem um papel especial gerando relatórios contábeis, capazes de auxiliar os gestores na tomada de decisão como também evidenciar os pontos positivos e negativos das decisões administrativas. As informações fornecidas pelos registros contábeis têm a capacidade de proporcionar um acompanhamento permanente da situação da entidade em questão, sendo assim uma ferramenta essencial para auxiliar no controle, atingindo os objetivos e finalidades que são buscados e permitindo um constante autoavaliação do trabalho administrativo.

A contabilidade nas instituições públicas é compreendida como uma subdivisão da contabilidade geral, em que se encontra legalmente a ilustração do orçamento público, que estima receitas e fixa despesas, fazendo o planejamento de suas ações por meio do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento. Na contabilidade pública deve-se estimular a execução de mecanismos capazes de realizar controles internos, capazes de dar confiabilidade a todos os demonstrativos legais, a fim de satisfazer as necessidades de informações corretas perante a administração pública, (ANDRADE, 2012).

O planejamento orçamentário tem sua contribuição para a administração pública, pois para o início de qualquer gestão pública, o gestor primeiro terá que traçar o seu plano de governo por meio do Plano Plurianual, que estabelecerá metas e objetivos e identificar as prioridades para o período dos quatro anos de gestão, além dos seus investimentos principais. Além disso, existe a Lei de diretrizes orçamentárias, que estabelecerá as prioridades das metas presentes no Plano Plurianual. Por fim, a Lei orçamentária anual conterà a discriminação da receita e da despesa pública, de forma a evidenciar a política econômica-financeira e o programa de trabalho do governo (GIACOMONI, 2012).

As políticas públicas são as principais ferramentas de atuação de um governo. Por isso, a lei de responsabilidade fiscal tem como seu principal papel, estabilizar as contas públicas, trazendo como objetivo a designação de metas, limites, e administração das receitas e despesas das contas públicas, seja num estado, ou município.

Considerando o conceito dado sobre a instrumentalização do controle social pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T) 16.1, que o define como “o compromisso fundado na ética profissional, que pressupõe o exercício cotidiano de fornecer informações que sejam compreensíveis e úteis aos cidadãos no desempenho de sua soberana atividade de controle do uso de recursos e patrimônio público pelos agentes públicos”. Sendo assim, visto o conceito da NBC 16.1, surge a seguinte questão: será que as informações contábeis públicas estão tendo uma fácil compreensão pela sociedade?

O presente trabalho de pesquisa visa contribuir para a sociedade analisando o nível de conhecimento da população acerca da informação contábil pública bem como em sua importância para o auxílio ao controle dos gastos públicos, tendo em vista de que esses gastos devem ser tratados com bastante cautela, obedecendo todas as normas e leis que são impostas e fazendo com que os gestores sejam auxiliados por essas leis, não só como forma de gerenciamento, mas também, de maneira que traga uma transparência e confiabilidade para toda a população. Além disso, a presente pesquisa buscará também demonstrar os aspectos contábeis necessários para o entendimento da população acerca do orçamento público.

Diante deste debate, o presente artigo objetivou analisar a percepção da sociedade em relação à informação contábil/orçamentária auxiliando no controle dos gastos públicos. Com enfoque nos termos contidos no orçamento público.

O entendimento e a necessidade em obter informações contábeis de maneira clara e objetiva, não somente em quantidade, mas em qualidade fez surgir a justificativa para este trabalho, trazendo a importância em mensurar o conhecimento dos usuários frente aos termos contidos no orçamento público bem como em sua compreensão.

Mediante o exposto, justificando a importância deste trabalho, acredita-se que, a escolha aleatória de respondentes que residem no município de Araçagi-PB será capaz de assegurar a fidedignidade e utilidade da pesquisa, bem como deixará claro a contribuição da pesquisa diante da medição de conhecimento feita com a amostra consultada.

A partir dos resultados alcançados, a estimativa é que seja possível demonstrar a relevância do conhecimento no tocante aos elementos contábeis para o controle social, a fim de ter uma sociedade consciente sobre o patrimônio público, dos atos dos gestores, e da aplicação dos recursos públicos, para que, dessa forma, eles possam reivindicar que as verbas sejam aplicadas de acordo com as necessidades da população.

## **2 Fundamentação Teórica**

### **2.1. Contabilidade pública e seus demonstrativos/instrumentos**

Para Lima e Castro (2012), a Contabilidade Pública é o conhecimento especializado da Ciência Contábil que aplica no processo gerador de informações os conceitos, princípios e normas contábeis na gestão patrimonial de uma entidade governamental, de sorte a oferecer a sociedade, informações amplas e acessíveis sobre a gestão da coisa pública.

De acordo com Andrade, (2012), numa definição estruturada, podem-se conceituar serviços públicos como todo o serviço prestado pela administração, direta ou indireta, ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer a necessidades essenciais ou secundárias da coletividade, ou simples conveniência do Estado.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o objetivo científico da Contabilidade manifesta-se na correta apresentação do patrimônio e na apreensão e análise das causas de suas mutações. As entidades governamentais, tais quais as empresas e demais organizações privadas, possuem um patrimônio que é movimentado diariamente, demandando acompanhamento diário (registro e controle) para que os administradores públicos avaliem se os objetivos da entidade pela qual são responsáveis estão sendo atingidos. Tais procedimentos permitem, também, que a sociedade possa verificar se os recursos públicos estão sendo diligentemente administrados.

Na mesma linha, pode-se afirmar que o objeto da Contabilidade Pública é o patrimônio público, entendendo este como o conjunto de bens e direitos onerados pelas obrigações que o integra e que a entidade governamental utiliza como meio para concretização dos seus fins (LIMA; CASTRO, 2012).

De acordo com Andrade (2012, p. 24):

O plano plurianual é um programa de trabalho elaborado pelo executivo para ser executado no período correspondente a um mandato político, a ser contado a partir do exercício financeiro seguinte ao de sua posse, atingindo o primeiro exercício financeiro do próximo mandato. É a transformação em, em lei, dos ideais políticos divulgados durante a campanha eleitoral, salientando os interesses sociais.

O PPA assim como a LDO e a LOA são de grande importância para a administração pública, pois através deles que o gestor traçará as suas principais metas para o exercício do seu mandato.

Segundo Andrade (2012, p.30) :

A LDO Estabelecerá as prioridades das metas presentes no Plano Plurianual da Administração Pública, ou melhor, o planejamento operacional anual, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre alterações na legislação tributária local.

Como advento da Lei Complementar nº 101/00, Andrade (2012) diz que, a LDO passou a exaltar o equilíbrio entre as receitas e as despesas, visando o cumprimento de metas fiscais, além de estabelecer limites de gastos.

O orçamento é o instrumento legal que deve conter o orçamento fiscal dos poderes da União, dos estados e municípios, de seus fundos, órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, o orçamento de investimento das empresas em que o Poder Público, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e o orçamento da seguridade social, incluindo todas as entidades e órgãos a ela vinculados (Constituição Federal, art. 165, § 5º).

De acordo com Andrade, (2013, p.194) os limites e exigências legais dos gastos públicos têm como objetivo:

Cumprir por completo o papel do Estado, ou seja, promover benefício público mediante atos e fatos administrativos, a legislação vem emanando ditames legais para cumprimento de percentuais ou números mínimos e máximos para atendimento das necessidades da população em geral.

Para Andrade (2012, p. 57), define-se como receita pública:

Todo e qualquer recolhimento aos cofres públicos em dinheiro ou outro bem representativo de valor que o governo tem direito de arrecadar em virtude de leis, contratos, convênios e quaisquer outros títulos, de que seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário dos valores que não lhe pertençam [...] É, pois, o conjunto de ingressos financeiros, provenientes de receita orçamentárias ou próprias e receitas extraorçamentárias ou de terceiros, que produzirão acréscimos ao patrimônio da instituição, seja União, estados, municípios ou Distrito Federal, suas autarquias e fundações.

Andrade (2012, p.72) diz que “Constitui-se como despesa pública toda saída de recursos ou de todo pagamento efetuado, a qualquer título, pelos agentes pagadores para saldar gastos fixados na Lei do Orçamento [...] destinados à execução dos serviços públicos”.

## 2.2. Transparência pública

Aplicado ao campo da Administração Pública, Birkinshaw (2006) diz que a transparência pode ser entendida como a gestão dos assuntos públicos para o público e, Black (1997) completa a definição declarando que transparência é o oposto de políticas opacas, em que não se tem acesso às decisões, ao que elas representam, como são tomadas e o que se ganha ou se perde com elas.

Bellver e Kaufmann (2005) asseguram que nas sociedades democráticas, o acesso à informação e a transparência também pode ser considerado como um dos direitos humanos fundamentais. E Stiglitz (1999) afirma que existe um direito básico de conhecer, de ser informado sobre o que o governo está fazendo e por quê.

Icerman e Sinason (1996) defendem que o nível de transparência na prestação de informações sobre os atos da administração pública (*accountability*) está relacionado basicamente a três elementos: sociopolíticos, regras de planejamento e execução orçamentária e normas de apresentação de relatórios financeiros externos. Sendo assim, as divulgações dessas informações não devem se limitar a relatórios já previstos legalmente, mas também em informações qualitativas que reportem o desempenho geral.

Segundo Pereira (2010, p.125) “A transparência na aplicação e prestação de contas é um dos fundamentos de uma República e da democracia. Significa o dever e a responsabilidade de prestar contas de seus atos aos cidadãos de forma voluntária”. Porém, a ideia de como, estas informações chegam à população é o ponto em questão, já que a publicidade das informações, não necessariamente indicaria uma linguagem clara e objetiva.

A Lei de Responsabilidade Fiscal diz que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições, (LRF nº 101/2000, art. 1º).

A Lei Complementar nº 131/2009 também denominada, Lei dos Portais de Transparência, veio complementar a LRF, determinando como as informações relacionadas a Gestão fiscal deveriam ser dispostas na internet, através de portais em tempo real, possibilitando assim uma ampla divulgação das informações.

Já a Lei 12.527 de 2011, Lei de Acesso a Informação determina os procedimentos, deixando expresso que a administração pública, além da divulgação das informações em tempo real, eles irão responder a pedidos da população, como também exige que essa informação seja de bom entendimento para quem a solicita, conforme afirma o art 5º que diz ser dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

### 2.3. Democracia participativa e participação popular nas decisões públicas municipais

A “democracia”, nomenclatura que já é conhecida de todos já é antiga, desde o período da Grécia antiga, onde se definia como a participação do povo nos atos de governança. Neste caso, os cidadãos delegam todo o poder de decisão política aos representantes, e sendo assim, é chamada de democracia indireta (BONAVIDES, 2006).

Na concepção de Duarte Júnior (2014, p. 216), a democracia é um regime que visa à defesa dos direitos fundamentais, pautando-se em dois princípios: a soberania popular – fonte de todo o poder; e a democracia participativa, ou seja, a manifestação da expressão popular no poder.

Deste modo, o princípio da democracia participativa caracteriza-se, ainda, por ser uma evolução no conceito de democracia quanto à participação da sociedade na gestão pública. O cidadão sai da função de mero eleitor e passa a participar da gestão da administração pública, inclusive quando da tomada de decisão administrativa, o que, em última análise, caracteriza-se por ser própria essência do princípio republicano, isto é, governo do povo e para o povo (BONAVIDES, 2001, p. 34).

Bonavides (2001 p. 10) assevera que sob o alicerce do direito constitucional “se sedimenta, com o homem-cidadão, a consciência de salvaguarda da ordem jurídica, sob a superintendência de valores e postulados pertinentes à justiça, à liberdade e à democracia”. A “democracia participativa por consequentes mecanismos de exercício direto da vontade geral e

democrática suscetíveis de restaurar e repolitizar a legitimidade do sistema” (BONAVIDES, 2001, p. 22).

Bobbio (2004, p.47) complementa em outra obra esse pensamento, afirmando que a democracia é na verdade a soberania dos cidadãos, porém ele tece as críticas de que esse pensamento é enganoso, pois as decisões não são tomadas pelo povo, mas sim, por poucos em nome destes. Uma das maneiras de assegurar a democracia é a utilização de leis coletivas aceitas de forma expressa ou tácita que padronizam o comportamento e funciona como um organograma Estatal, avisando quem pode ou não governar e ser governado.

Bresser-Pereira (2010, p. 112) diz que democracia, o estado social e a reforma gerencial são instituições dialeticamente inter-relacionada após a Segunda Guerra Mundial, a democracia permitiu que os trabalhadores e as classes médias aumentassem suas demandas por serviços sociais, transformando o Estado Democrático Liberal em Estado Democrático Social.

Schumpeter (2017) afirma que “a democracia é um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa) e, por isso mesmo, incapaz de ser um fim em si mesmo, sem relação com as decisões que produzirá em determinadas condições históricas”.

Além das formas de participação cidadã direta, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, previstos constitucionalmente, proliferaram outras formas de participação, destacando-se os Conselhos de Políticas Públicas ou de Direitos, as Conferências Temáticas, os Planos Diretores Participativos, as Audiências Públicas, os Orçamentos Participativos. Essa pluralidade de inovações democráticas foi denominada de Instituições Participativas (doravante IP) (Avritzer 2008; Pires & Lopes 2010).

### **3 Procedimentos metodológicos**

A metodologia utilizada neste projeto será descritiva com abordagem qualitativa, reunindo dados que serão levantados mediante questionário exposto no anexo 1, com uma amostra de 50 pessoas aleatórias, por meio de uma pesquisa de campo realizada no centro da cidade de Araçagi-PB, e também através do compartilhamento de formulário on-line por intermédio de plataformas digitais para que pessoas de localidades próximas da área possam participar da pesquisa.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 52), nas pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem que o pesquisador interfira sobre eles, sendo assim, os fenômenos do mundo físicos e humanos são estudados sem que sejam manipulados pelo pesquisador.

O levantamento e a análise dos dados foram feitos através da plataforma de formulários do Google e a partir dela os dados foram trabalhados em formas de tabelas e gráficos simples com base nos resultados obtidos com a pesquisa, ilustrando a frequência de respondentes como também o percentual para cada resposta.

Entretanto, a hipótese de pesquisa que poderá ser encontrada será:

**Hipótese 1:** Presume-se que o conhecimento dos respondentes não atinja um alto nível durante a aplicação da pesquisa;

## 4 Apresentação e análise dos resultados

### 4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES EM TERMOS DE ESCOLARIDADE

A análise do perfil dos respondentes demonstrará as características associadas a população que foi consultada, considerando a importância em conhecer o nível de escolaridade, mediante os assuntos em que serão abordados. Com isso, a tabela 1 ilustrará o nível de escolaridade distribuído entre os respondentes.

**Tabela 1-** Distribuição por nível de escolaridade

Nível de escolaridade	Frequência	%
Ensino Fundamental Incompleto	2	4,00
Ensino Fundamental Completo	1	2,00
Ensino Médio Incompleto	3	6,00
Ensino Médio Completo	22	44,00
Superior Incompleto ou cursando	13	26,00
Superior Completo	9	18,00
Total	50	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A tabela 1 ilustra o grau de formação acadêmica da população que respondeu a presente pesquisa, sendo assim, podemos observar que 44% dos respondentes, ou seja, a maioria possui o nível de ensino médio completo, e apenas 12% não concluíram o ensino básico de estudos no qual é composto pelo ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio. Vale destacar também o nível de escolaridade das pessoas que tem o ensino superior incompleto ou cursando como também as que já concluíram, estando em 26,00% e 18,00% respectivamente. Diante do grau de escolaridade exposto acima foi possível observar que a população está em um bom nível acadêmico já que, no Brasil, apenas 27,40% da população brasileira possui o ensino médio completo, 4% possui o ensino superior incompleto e 17,40% tem o ensino superior completo (IBGE 2019).

### 4.2 PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO ARAÇAGIENSE QUANTO A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA

No tocante a frequência na procura de informações sobre a utilização do dinheiro público de acordo com a arrecadação de impostos no município de Araçagi, 48,00% afirmam nunca terem procurado informações a respeito, 30,00% raramente buscam e 22% afirmam que as vezes procuram informações sobre o tema conforme ilustrados na tabela 4.

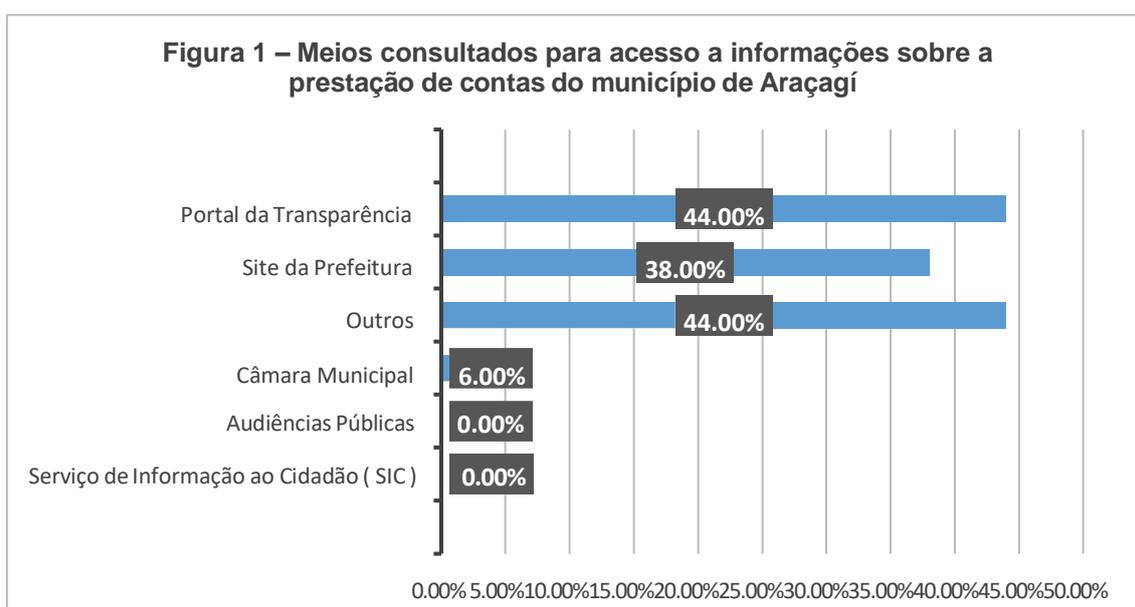
**Tabela 2 –** Distribuição por frequência na procura de informações sobre a utilização do dinheiro público na arrecadação dos impostos no município de Araçagi

Frequência	Frequência	%
Sempre	0	0,00
Às vezes	11	22,00
Raramente	15	30,00
Nunca	24	48,00
Total	50	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Quando perguntado sobre os meios utilizados pelos respondentes para a busca de informações referentes a prestação de contas do município de Araçagi, 44,00% dos participantes informaram que o meio mais utilizado é o Portal da Transparência, seguido por 38,00% que consultam o Site da Prefeitura, 44,00% buscam outros meios de acesso, e apenas 6,00% buscam a Câmara Municipal para mais informações. Como podemos observar, nenhum participante da pesquisa utiliza do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e nem Audiências Públicas como mostra a figura abaixo.

Ressalta-se que neste ponto os respondentes tinham a opção de marcar mais de um meio de acesso para as informações, com isso, foi utilizado o modelo de caixa de seleção, onde trouxe uma maior dinâmica para a pesquisa. O percentual nos pontos indicados é responsável pela porcentagem diante dos 50 respondentes.



Fonte:

Dados da pesquisa (2022)

Indagados sobre o grau de interesse em conhecer sobre a informação contábil pública, 42,00% da amostra descreveram pouco interesse, o que retrata o maior percentual indicado na tabela de número 3. Em sequência, 33,30% possuem médio interesse, seguidos de 12,00% de grande interesse e 10,00% nenhum interesse.

**Tabela 3 – Distribuição por grau de interesse em conhecer sobre a informação contábil pública**

<b>Grau de conhecimento</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Grande interesse	6	12,00
Médio interesse	18	33,30
Pouco interesse	21	42,00
Nenhum interesse	5	10,00
Total	50	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Já na tabela 4, na visão dos respondentes o grau de interesse dos jovens em conhecer sobre a informação contábil pública trouxe como resultado 44,00% com pouco interesse no assunto, além disso, houve o percentual de 26,00% foi considerado para os indivíduos com médio e 24,00% nenhum interesse. Destaca-se nos resultados uma situação preocupante, já que, diante da amostra recolhida a maioria possui pouco interesse e absolutamente ninguém tem grande interesse acerca dos resultados contábeis.

**Tabela 4** – Distribuição por grau de interesse dos jovens em conhecer sobre a informação contábil pública

<b>Grau de conhecimento</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Grande interesse	3	6,00
Médio interesse	13	26,00
Pouco interesse	22	44,00
Nenhum interesse	12	24,00
Total	50	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A seguir podemos observar que a população não possui um alto conhecimento acerca da empregabilidade das despesas públicas, 42,00% dos usuários advém de pouco conhecimento e 44,00% caracterizam-se como de média consciência a respeito de tal assunto, além disso, 12,00% dos ouvintes não tem nenhuma consciência sobre onde os gastos estão sendo empregados e 2,00% um alto conhecimento.

**Tabela 5** – Distribuição por grau de conhecimento sobre os gastos públicos do Município de Araçagi

<b>Grau de conhecimento</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Alto conhecimento	1	2,00
Médio conhecimento	22	44,00
Pouco conhecimento	21	42,00
Nenhum conhecimento	6	12,00
Total	50	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Diante do foco em identificar como a informação contábil orçamentária é percebida pela população, visando o controle e entendimento dos gastos públicos, foram evidenciados alguns elementos contábeis para que fossem analisados. Sendo assim, a escolha por esses termos, justificam-se pelo fato de serem termos divulgados com frequência pelos veículos de comunicação.

Apresentado os termos aos respondentes podemos identificar que há um alto percentual de pessoas que possuem pouco ou nenhum conhecimento a respeito dos elementos abordados, o que representa para “Receita”, um indicativo de 34,00% para os que possuem pouco conhecimento e 26,00% para os que não advém de nenhum entendimento, e 32,00% para os que consideram ter uma razoável clareza, dito isso, apenas 8,00% considera ter um alto conhecimento do assunto em questão.

Sobre a despesa, o superavit e o deficit orçamentário 36,00% da população afirmaram ter pouco conhecimento a respeito da despesa, 32,00% do superavit, já o deficit, a população indica ter 40%, seguido de 28,00%, 38,00% e 28,00% dos que dizem não ter nenhum conhecimento sobre os termos apresentados. Com isso, observamos um percentual muito baixo das pessoas que tem alto e razoável conhecimento sobre os termos em questão, o que faz prevalecer o baixo nível de conhecimento sobre as informações contábeis públicas.

**Tabela 6** – Distribuição por grau de conhecimento sobre os termos contábeis

Itens	Grau de Conhecimento									
	Alto		Razoável		Pouco		Nenhum		Total	
	f.	%	f.	%	f.	%	f.	%	f.	%
Receita	4	8,00	16	32,00	17	34,00	13	26,00	50	100,00
Despesa	6	12,00	12	24,00	18	36,00	14	28,00	50	100,00
Superavit	5	10,00	10	20,00	16	32,00	19	38,00	50	100,00
Deficit	5	10,00	11	22,00	20	40,00	14	28,00	50	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Indagados sobre os resultados obtidos por meio da informação contábil pública, os respondentes julgaram em 58,00% como bom o superavit orçamentário, 34% julgaram como indiferente e 4,00% como sendo péssimo. Já o deficit, 40,00% da população afirma que é algo ruim, 30,00% tratam como indiferente, 8,00% como péssimo e 22,00% como algo bom conforme os dados ilustrados na tabela 7.

**Tabela 7** – Distribuição por grau entendimento sobre os resultados obtidos por meio da informação contábil

Itens	Grau de Entendimento									
	Bom		Ruim		Péssimo		Indiferente		Total	
	f.	%	f.	%	f.	%	f.	%	f.	%
Superavit	29	58,00	2	4,00	2	4,00	17	34,00	50	100,00
Deficit	11	22,00	20	40,00	4	8,00	15	30,00	50	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

De acordo com a tabela 10, 64,00% dos participantes da pesquisa informaram que é bom quando se tem mais receitas de capital do que despesas de capital, 30% julgou como indiferente e 4,00% julgaram como ruim. Neste ponto, observamos que a maioria obteve um bom entendimento sobre o assunto, visto que, de maneira geral, é bom obter mais receitas do que despesas.

**Tabela 8** – Sobre mais receitas de capital do que despesas de capital

Grau de conhecimento	Frequência	%
Bom	32	64,00
Ruim	2	4,00
Péssimo	1	2,00
Indiferente	15	30,00
Total	50	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Sobre acompanhar e conhecer os resultados financeiros, 82,00% indicam que é muito útil tal iniciativa, o que representa 41 das 50 pessoas participantes da pesquisa, indicando a maior frequência neste ponto, como mostra a tabela 9.

**Tabela 9** – Distribuição por grau de utilidade em acompanhar e conhecer os resultados financeiros da atuação do administrador público

Grau de conhecimento	Frequência	%
Muito útil	41	82,00
Nem muito e nem pouco útil	5	10,00
Pouco útil	2	4,00

Não é útil	2	4,00
Total	50	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Quando perguntamos a importância em acompanhar as administrações entre diferentes governos e mandatos políticos, 88,00% da amostra afirmaram ser muito útil tal iniciativa, ficando com 44 das 50 pessoas que participaram da pesquisa, maior frequência para este quesito, como ilustrado na tabela 10.

**Tabela 10** – Distribuição por grau de utilidade em acompanhar as administrações entre diferentes governos e mandatos políticos

Grau de conhecimento	Frequência	%
Muito útil	44	88,00
Nem muito e nem pouco útil	4	8,00
Pouco útil	0	0,00
Não é útil	2	4,00
Total	50	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Questionados sobre o grau de utilidade em acompanhar a captação e utilização dos recursos públicos, 86,00% da população afirma ser muito útil tal atitude, como mostra a tabela 11. Percebemos que a utilidade neste ponto pode estar relacionada com a grande importância que tem o acompanhamento e a fiscalização social, mediante tantos casos de corrupção que existem na política pública brasileira.

**Tabela 11** – Distribuição por grau de utilidade em acompanhar a captação e utilização dos recursos públicos

Grau de conhecimento	Frequência	%
Muito útil	43	86,00
Nem muito e nem pouco útil	5	10,00
Pouco útil	0	0,00
Não é útil	2	4,00
Total	50	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Podemos observar que na tabela 12, 84,00% dos respondentes julgaram como muito útil averiguar o cumprimento do que foi definido no orçamento público, já que, de acordo com o portal da transparência, o orçamento público é tido como mecanismo capaz de planejar a utilização do dinheiro arrecadado pela população.

**Tabela 12** – Distribuição por grau de utilidade em verificar o cumprimento do que foi definido no orçamento público

Grau de conhecimento	Frequência	%
Muito útil	42	84,00
Nem muito e nem pouco útil	5	10,00
Pouco útil	1	2,00
Não é útil	2	4,00
Total	50	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Na tabela 13, podemos observar que o interesse das pessoas com relação ao conteúdo das informações contábeis públicas não é de alto grau, visto que, apenas 26,00% afirma ser, e

52,00% dizem ter médio grau de interesse, 14,00% afirma ter pouco interesse e 8,00% não tem nenhum interesse sobre o tema abordado com os respondentes.

Deduz-se que o pouco interesse em buscar sobre o conteúdo das informações contábeis públicas dá-se pelo fato do pouco conhecimento contábil da população brasileira, já que, de acordo com uma pesquisa de 2014 divulgada pelo CRC-GO, o Brasil ocupa a 74<sup>o</sup> posição do ranking global entre os países com educação financeira.

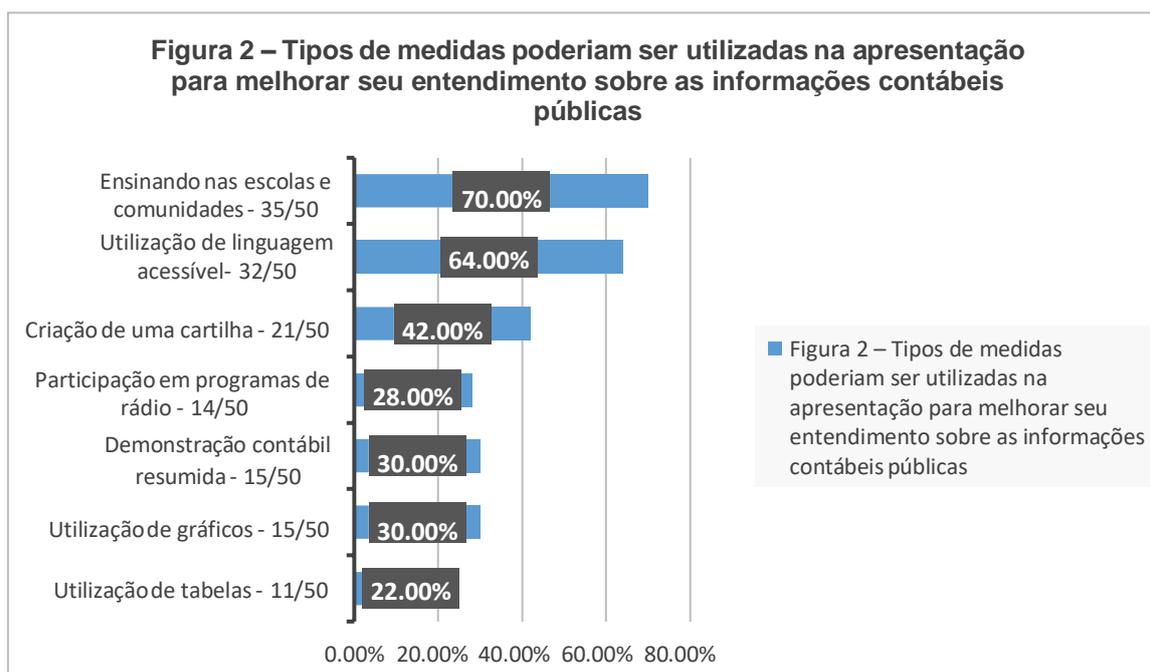
**Tabela 13** – Distribuição por grau de interesse sobre o conteúdo das informações contábeis públicas

Grau de conhecimento	Frequência	%
Alto grau de interesse	13	26,00
Médio grau de interesse	26	52,00
Baixo grau de interesse	7	14,00
Nenhum interesse	4	8,00
Total	50	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Por fim, levando em consideração os tipos de medidas que poderiam ser utilizadas na apresentação para melhorar o entendimento das pessoas sobre as informações contábeis públicas, 70% dos respondentes indicaram o ensino nas escolas e comunidades como importante para o entendimento da população. Além disso, 64,00% acha que a utilização de uma linguagem mais acessível é importante, seguido de 42,00% que são a favor da criação de uma cartilha para melhor entendimento, 28,00% querem mais participações de especialistas em programas de rádio, 30,00% dizem que a utilização de gráficos e uma demonstração contábil resumida ajuda, e 22,00% acham que a apresentação por meio de tabelas ajudaria no entendimento das informações, como ilustrado na figura 2.

Vale lembrar que neste ponto os respondentes tinham a opção de marcar mais de uma medida para melhoramento das informações, com isso, foi utilizado o modelo de caixa de seleção, onde trouxe uma maior dinâmica para a pesquisa.



## 5 Considerações finais

O presente trabalho teve por interesse em averiguar a percepção da sociedade em relação a informação contábil/orçamentária no auxílio dos gastos públicos na cidade de Araçagi-PB, de maneira que pudesse investigar o nível de conhecimento que a população possui diante da importância do controle social e o seu entendimento. Sendo assim, a pesquisa realizada respondeu ao objetivo geral do trabalho, como também à hipótese que poderia ser encontrada, já que concluiu que a população consultada não dispõe de um conhecimento básico a respeito das informações contábeis das quais a população possuem acesso.

Os indicativos apresentados mostram que apesar do pouco conhecimento sobre os temas levantados, a grande maioria dos respondentes percebem a importância em acompanhar a destinação dos gastos públicos, como também em observar se o que está orçado se encontra em execução, além da relevância quando admitem muito útil em estudar sobre os governos e as gestões passadas na administração pública.

Diante dos meios de acesso que temos hoje em dia para averiguar a origem dos recursos públicos e a forma como eles são aplicados, ressalta-se neles a importância da Lei Complementar (Nº 131/2009), ou seja, a Lei da Transparência, que obriga as entidades públicas a prestar contas com a sociedade, por meio de site na internet, divulgando todas as receitas e despesas. Dessa forma, justifica-se o motivo para os participantes da pesquisa afirmarem que os meios em que eles mais buscam informações sejam o Portal da Transparência e o Site da Prefeitura.

É possível perceber também que não basta apenas o conhecimento para que a informação contábil seja entendida pela população, mas também é necessário que os elementos contábeis sejam apresentados e esclarecidos por intermédio de uma linguagem clara e acessível, como também se percebe a importância da educação contábil/financeira nas escolas, comunidades, rádios ou até mesmo na criação de cartilhas para melhor compreensão.

Dessa forma, esse estudo contribuiu para colocar em debate a importância da compreensão dos elementos contábeis básicos por parte da população consultada na cidade de Araçagi-PB, visto que a contabilidade está totalmente relacionada a área pública.

Sendo assim, para estudos futuros sugere-se identificar os motivos que provocam o baixo conhecimento na população acerca da informação contábil pública, já que, mediante os temas abordados, identificou-se que há grande interesse dos indivíduos em acompanhar, conhecer e investigar os elementos da prestação de contas, visto que o entendimento da população é essencial para um controle social adequado e uniforme.

## Referências

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PÚBLICA. Disponível em: <http://biblioteca.univap.br/dados/INIC/cd/inic/IC6%20anais/IC6-61.PDF>. Acesso em: 20 set. 2018.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. – 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

BELLVER, A.; KAUFMANN, D.. Transparenting Transparency: Initial Empirics and Policy Applications. The World Bank, 2005.

Birkinshaw, P. (2006). Freedom of information and openness: fundamental human rights. *Administrative Law Review*, 58(1), 177–218.

Black, J. (1997). Transparent Policy Measures. In J. Black (Ed.), *Oxford Dictionary of Economics*. Oxford: Oxford University Press.

BONAVIDES, Paulo. Teoria Constitucional da Democracia Participativa: por um Direito Constitucional de luta e resistência por uma Nova Hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2001.

BONAVIDES P. **Ciência política**. 12.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006. 550. P  
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIAS. Disponível em: <https://crego.org.br/novo/?p=9580>. Acesso em 02 jun. 2022.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO. Disponível em: [http://www.gestaopublicaemfoco.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=67&Itemid=75](http://www.gestaopublicaemfoco.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=67&Itemid=75). Acesso em: 05 ago. 2018.

DUARTE JÚNIOR, Ricardo César Ferreira. Agência reguladora, poder normativo e democracia participativa: uma questão de legitimidade. Curitiba: Juruá, 2014.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. – 16. Ed. Ampliada, revista e atualizada – São Paulo: Atlas, 2012.

ICERMAN, R. C.; SINASON, D. H.. Government accountability to the public: the dynamics of accountability in the U.S. *Public Fund Digest*, v. VII, nº 1, p. 64-80, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínuos: educação 2019**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=Tamb%C3%A9m%20em%202019%2C%2046%2C6,4%25%2C%20%20superior%20completo>. Acesso em: 30 mai. 2022.

LIMA, Diana Vaz de, CASTRO, Róbinson Gonçalves de. Contabilidade pública: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem). 3.ed. – 5.reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012.

PLANALTO. LEI COMPLEMENTAR N°131 – LEI DE TRANSPARÊNCIA. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm). Acesso em 02 jun. 2022.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **ORÇAMENTO PÚBLICO**. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/orcamento-publico#:~:text=Or%C3%A7amento%20p%C3%ABalico%20%C3%A9%20o%20instrumento,de%20melhoria%2C%20entre%20outros>). Acesso em: 02 jun. 2022.

PUBLICAÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em: [http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/11/setor\\_publico.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/11/setor_publico.pdf). Acesso em: 05 ago. 2018.

STIGLITZ, J. E. On liberty, the right to know and public disclosure: the role of transparency in public life. Oxford Amnesty Lecture, 1999.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Disponível em: <https://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/sagres-invisivel/55-sagres-faq-geral/438-o-que-e-o-sagres>. Acesso em: 20 set. 2018.

BOBBIO, Norberto. Era dos direitos. Elsevier Brasil, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Democracia, Estado social e reforma gerencial. São Paulo, 2010.

SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, socialismo e democracia. SciELO-Editora UNESP, 2017.

Avritzer, L., 2008. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião. Publica*, 14(1), pp.43-64. DOI: 10.1590/S0104-62762008000100002

Pires, R. & Lopez, F., 2010. Instituições participativas e políticas públicas no Brasil: características e evolução nas últimas duas décadas. In *Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pp. 565–585. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3801>. Acesso em 21.jun.2022.

PEREIRA, José Matias. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 3 – Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm). Acesso em: 21 jun. 2022.

Lei de Acesso a Informações Públicas. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.  
Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2011.  
Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20112014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/lei/112527.htm).  
Acesso em: 21 jun. 2022.

## ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO

**Perfil dos Respondentes**

Nível de escolaridade:

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto ou cursando
- Ensino superior completo

Faixa etária:

- entre 18 a 30 anos
- entre 31 a 40 anos
- entre 41 a 50 anos
- entre 51 a 60 anos
- entre 61 a 70 anos
- 71 anos ou mais

Sexo do respondente:

Sexo:  Masculino  Feminino  Prefiro não identificar**Percepção dos respondentes sobre a contabilidade pública**

1. Você já procurou saber das formas como é utilizada a arrecadação dos impostos no município de Araçagi?
  - Sempre
  - Às vezes
  - Raramente
  - Nunca
2. Quais meios de acesso você já utilizou para procurar informações sobre a prestação de contas do município de Araçagi?
  - Site da Prefeitura Municipal de Araçagi
  - Portal da transparência
  - Serviço de informação ao cidadão (SIC)
  - Audiências públicas
  - Câmara municipal
  - Outros
3. Como você classifica seu interesse em conhecer o conteúdo da prestação de contas do município de Araçagi?
  - Grande interesse
  - Médio interesse
  - Pouco interesse
  - Nenhum interesse

4. Como você classifica o interesse dos outros jovens de sua idade em conhecer o conteúdo da prestação de contas do município de Araçagi?
- Grande interesse
  - Médio interesse
  - Pouco interesse
  - Nenhum interesse
5. Como você classifica seu conhecimento sobre os gastos públicos do município de Araçagi?
- Alto conhecimento
  - Médio conhecimento
  - Pouco conhecimento
  - Nenhum conhecimento
6. Qual o seu nível de conhecimento sobre o termo contido na informação contábil pública “ Receita orçamentária” ?
- Alto conhecimento
  - Razoável conhecimento
  - Pouco conhecimento
  - Nenhum conhecimento
7. Qual o seu nível de conhecimento sobre o termo contido na informação contábil pública “ Despesa orçamentária” ?
- Alto conhecimento
  - Razoável conhecimento
  - Pouco conhecimento
  - Nenhum conhecimento
8. Qual o seu nível de conhecimento sobre o termo contido na informação contábil pública “ Superávit orçamentário”?
- Alto conhecimento
  - Razoável conhecimento
  - Pouco conhecimento
  - Nenhum conhecimento
9. Qual o seu nível de conhecimento sobre o termo contido na informação contábil pública “ Déficit orçamentário”?
- Alto conhecimento
  - Razoável conhecimento
  - Pouco conhecimento
  - Nenhum conhecimento
10. Utilizando seu entendimento sobre o termo “Déficit” que é obtido por meio da informação contábil pública, marque o que ele representa na sua opinião:
- Bom
  - Ruim
  - Péssimo
  - Indiferente
11. Utilizando seu entendimento sobre o termo “Superávit” que é obtido por meio da informação contábil pública, marque o que ele representa na sua opinião:
- Bom
  - Ruim
  - Péssimo

Indiferente

12. Mais receitas de capital do que despesas de capital:

Bom

Ruim

Péssimo

Indiferente

13. Na sua opinião, qual o grau de utilidade em acompanhar e conhecer os resultados financeiros da atuação do administrador público?

Muito útil

Nem muito e nem pouco útil

Pouco útil

Não é útil

14. Na sua opinião, qual o grau de utilidade em analisar as administrações entre diferentes governos e mandatos políticos?

Muito útil

Nem muito e nem pouco útil

Pouco útil

Não é útil

15. Na sua opinião, qual o grau de utilidade em acompanhar a captação e utilização dos recursos públicos?

Muito útil

Nem muito e nem pouco útil

Pouco útil

Não é útil

16. Na sua opinião, qual o grau de utilidade em verificar o cumprimento do que foi definido no orçamento público?

Muito útil

Nem muito e nem pouco útil

Pouco útil

Não é útil

17. Sabendo que o administrador deve planejar suas ações de forma transparente e deve controlar os gastos públicos, qual seria o seu interesse no conteúdo das informações contábeis públicas?

Alto grau de interesse

Médio grau de interesse

Baixo grau de interesse

Nenhum interesse

18. Sob o seu ponto de vista, que tipos de medidas poderiam ser utilizadas na apresentação para melhorar seu entendimento sobre as informações contábeis públicas?

Utilização de linguagem acessível

Utilização de gráficos

Demonstração contábil resumida

Utilização de tabelas

Criação de uma cartilha com explicações

Ensinando nas escolas e comunidades

( ) Participação em programas de rádio